

Inventários e processos de patrimonialização: o caso da Vila de Paranapiacaba¹**Eneida de ALMEIDA***

Resumo: Este artigo pretende abordar o inventário como peça fundamental do campo da preservação, por constituir um dos primeiros passos do processo de patrimonialização. Analisa a origem do inventário na França, quando se criou a primeira Comissão dos Monumentos Históricos, em 1837, prossegue com o relato dos primeiros inventários no Brasil, um século depois, em 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), comparando essas diferentes posturas referentes aos processos mais recentes conduzidos pelos órgãos de preservação que atuam nos tombamentos da Vila de Paranapiacaba. O estudo corresponde a uma etapa de uma pesquisa que tem a Vila de Paranapiacaba como estudo de caso, com a perspectiva de se discutir os critérios de valoração vigentes na atuação dos organismos públicos responsáveis pela preservação do patrimônio e os seus desdobramentos em políticas de conservação.

Palavras-Chave: Inventário. Patrimônio ferroviário. Preservação.

Inventories and “patrimonialisation” processes: the case of Vila de Paranapiacaba

Abstract: This article intends to approach the inventory as a fundamental part of the field of preservation because it is one of the first steps of the “patrimonialisation” process. It analyzes the origin of the inventory in France, when the first Historical Monuments Commission was created in 1837, continues with the report of the first inventories in Brazil, a century later, in 1937, with the creation of SPHAN (Service of National Historic and Artistic Patrimony), comparing these different positions relating to the most recent processes conducted by the preservation agencies that operate in the town of Paranapiacaba. The study corresponds to a stage of a research that has the Paranapiacaba Village as a case study, with the perspective of discussing the valuation criteria in force in the performance of the public bodies responsible for preserving the heritage and the resulting conservation policies.

Keywords: Inventory. Railway heritage. Preservation.

* Professora Doutora – Curso de Graduação e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade São Judas Tadeu (USJT), São Paulo, Brasil. Rua Taqueri, 456. Mooca. Unidade Mooca | CEP 03166-000 | São Paulo – SP.

Introdução

Patrimônio, palavra latina cujo sentido, inicialmente, era associado aos bens familiares transmitidos de pais para filhos, adquiriu com o passar do tempo um significado de herança cultural com interesse de preservação para as gerações futuras, sinalizando, assim, a seleção de bens a serem protegidos com base na atribuição de valores associados às tradições, aos costumes e à identidade de grupos sociais.

Toda ação de preservação equivale, portanto, a um conjunto de medidas que assegurem a integridade de algo, evitando a sua destruição ou descaracterização. Associada ao termo 'patrimônio', a preservação adquire uma importância que transcende a esfera individual, alcançando uma dimensão coletiva, na medida em que o patrimônio compreende um legado cultural a ser transmitido de uma geração a outra. Preservar um patrimônio cultural compreende guardar e resguardar não apenas os artefatos materiais, mas também histórias, memórias e significados de que são portadores esses elementos materiais.

Se considerada a dinâmica de transformação a que estão naturalmente sujeitas as pessoas e as coisas, entende-se que a preservação deve ser necessariamente resultado de um pacto social, que se estabelece a partir do interesse de se manter certos objetos (suas memórias e histórias) ou, ao menos, alguns registros e documentos que revelem traços de sua existência, uma vez constatada a impossibilidade de se conservar o próprio objeto material. Nesse sentido, preservar pressupõe um interesse comum em constituir uma seleção baseada em critérios de valoração associados às tradições, aos costumes e à identidade de grupos sociais.

A arquitetura e os conjuntos urbanos são inegavelmente expressão tanto das técnicas construtivas, como também de modelos estéticos, constituindo parte da identidade dos grupos sociais e suporte de memória desses mesmos grupos. Nesse sentido, falar em preservação do patrimônio arquitetônico e urbano subentende discutir sobre a representatividade de determinadas obras e conjuntos, sobre o vínculo existente entre esses artefatos e as pessoas que os elegem por entenderem que são legados significativos de seu percurso, de sua experiência e, por isso, merecem ser mantidos.

Este artigo pretende abordar o inventário como peça fundamental do campo da preservação por constituir um dos primeiros passos do processo de patrimonialização.

Analisa a origem do inventário na França, onde se criou a primeira Comissão dos Monumentos Históricos, em 1837, prossegue com o relato dos primeiros inventários no Brasil, assinalando a coincidência temporal da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no mesmo ano de 1837, durante a regência de D. Pedro II, ao passo que um século depois, em 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(SPHAN), dá-se início a uma política de preservação do patrimônio e à aplicação do instituto do tombamento. Escritos de Françoise Choay (2001) e de Andre Chastel (1990) comentam o processo histórico da instituição dos primeiros inventários na França, destacando aspectos conceituais e metodológicos dessas operações. Procura-se comparar essas diferentes posturas às experiências mais recentes conduzidas pelos órgãos de preservação que atuam nos processos de tombamento da Vila de Paranapiacaba.

A investigação que deu base a este artigo correspondeu à fase inicial de uma pesquisa que tem a Vila de Paranapiacaba como estudo de caso, com a perspectiva de se discutir os critérios de valoração estabelecidos pelos órgãos públicos responsáveis pela preservação do patrimônio.

O inventário em suas diferentes concepções

Uma consulta ao dicionário etimológico (COLONNA, 1997, p. 194) indica o termo em latim, *inventarium*, e o significado: “elenco para achar”, associado ao radical *inventio*, cujo sentido equivale a “achado, descoberta”. Ainda de acordo com a etimologia, a palavra, em sua origem, compreende a “relação dos bens de uma pessoa falecida”, passando a ser reconhecida no meio jurídico e empresarial como listagem de bens e documentos destinados a herdeiros num processo de partilha. Desde a origem, portanto, o inventário pode ser entendido como um processo de busca, equivalente à produção de provas, com as quais não só é possível alcançar descobertas, realizar achados, mas também discriminar bens a serem transmitidos a gerações futuras. Essa mesma associação de significados pode ser atribuída à noção de patrimônio, também inicialmente circunscrita à esfera familiar, passando em seguida a abranger um entendimento mais amplo que, com o transcorrer do tempo, adquire uma forte conotação cultural.

Inventariar implicava, assim, desde sua origem, as ações de listar, catalogar, descrever, relacionar, os bens a serem deixados aos herdeiros ou aos componentes de uma sociedade comercial. O inventário cultural, por sua vez, consiste no levantamento de bens considerados representativos de uma cultura com vistas à sua preservação. Sua criação é bem mais recente, pois remonta à passagem do século XVIII ao XIX.

Françoise Choay (2001) discorre sobre o processo lento e gradativo de valorização de testemunhos da cultura antiga que despontaram no século XV com a abordagem inaugural dos humanistas renascentistas, continuado nos séculos seguintes pelos antiquários e historiadores da arte, esclarecendo que, de início, os materiais de investigação considerados confiáveis eram os textos e manuscritos, mas pouco a pouco os elementos iconográficos ganhavam a atenção dos estudiosos, preparando o caminho para a conservação dos

monumentos da arquitetura. A autora assinala a proximidade dos métodos de seleção e descrição da produção artística com os procedimentos das ciências naturais:

Entre o século XVI o fim do Iluminismo, o estudo das antiguidades evolui segundo uma abordagem comparável à das ciências naturais: ele busca uma mesma descrição, controlável e, portanto, confiável, de seus objetos. Daí se explica o papel crescente da ilustração no trabalho dos antiquários. (2001, p. 76).

Admitindo que o inventário possa ser entendido como um documento histórico que discrimina o que interessa manter para a posteridade, é possível reconhecer a importância dos critérios que norteiam a sua elaboração, assim como do efeito desencadeado por sua realização, justamente por constituir um instrumento indispensável de identificação e catalogação que permite individualizar não apenas artefatos produzidos pelos homens, mas também as memórias e histórias das quais esses objetos são portadores.

Choay reconhece a importância da Revolução Francesa e a decisão da Constituinte, em 2 de outubro de 1789, de colocar os bens do clero e da nobreza à disposição da nação, para se instituir o inventário como um instrumento dos processos de tombamento. Decorre do ato jurídico a adoção de práticas semelhantes as do espólio, que abrangem a designação à gestão desses bens que deverão ser preservados (CHOAY, 2001, p. 98). Fazia-se, assim, necessário criar um método para preparar o inventário, com a função de regulamentar a sucessão de um patrimônio mobiliário imenso, esparso num grande número de castelos, tanto no plano jurídico como no prático.

Para esse fim, criou-se uma comissão dita “dos Monumentos”, composta tanto por especialistas quanto por “simples cidadãos”, que decidiu, em primeiro lugar, que deveriam *tomb* as diferentes categorias de bens recuperados pela Nação. Nessa primeira listagem, como sinaliza Choay, nenhuma obra de arquitetura é mencionada. Em seguida, por meio do decreto de 13 de outubro de 1790, cada categoria foi inventariada, com indicação do estado de conservação em que se encontrava cada um dos bens que a compunham. Assim, antes de qualquer decisão sobre o destino futuro dos bens móveis, estes seriam protegidos e postos fora de circulação. Em caráter provisório, seriam reunidos em “depósitos”, até serem destinados à exibição pública em museus planejados como instituições que desempenhariam um papel pedagógico de instrução e democratização do conhecimento, em consonância com o espírito enciclopedista. Os edifícios, identificados em um segundo momento, foram assinalados mediante a aposição de selos (CHOAY, 2001, p. 99-100).

Se por um lado a desapropriação dos bens da nobreza e do clero favoreceu o início das práticas de inventário e de conservação, por outro a Revolução Francesa deu lugar a um vandalismo de caráter ideológico, que se estendeu aproximadamente de 1790 a 1820, como

observa Choay, contribuindo para a destruição de muitos monumentos associados ao regime desposto e às classes que o representavam: o clero e a nobreza.

Segundo Choay: “No contexto do século XIX, a ação dos defensores do patrimônio só podia ser eficaz assumindo duas formas específicas e complementares de legislação protetora e de disciplina de conservação.” (p. 145). Essa tarefa foi de fato assumida pela 1ª Comissão de Monumentos Históricos, criada em 1837, investida da autoridade do Estado, ligada ao Ministério do Interior, e responsável por uma política pública de proteção e conservação dos monumentos pautada essencialmente pelo critério de identidade nacional. O elenco dos monumentos era composto por remanescentes da antiguidade, por edifícios religiosos e alguns castelos medievais, ou seja, bens associados a um passado remoto, a um *status* de suntuosidade. De emblemas do antigo regime e alvos de destruição, passam a ser considerados patrimônio público e símbolos da nação francesa, o que os converte em objetos de culto a serem preservados.

Se de início a Comissão apresentou dificuldades de funcionamento ligadas a limitações orçamentárias e divergências técnicas, no começo do século XX, precisamente em 1913, a regulamentação realizada consagrou a centralização administrativa, a unidade e a coerência da política francesa, que a essa altura já contava com uma infraestrutura técnico-administrativa estável e experiente.

André Chastel, na publicação intitulada “A Invenção do inventário” (1990)², também ressaltou as circunstâncias de sua origem: as listas publicadas sob o título de “estatística” por ação das academias de província entre os anos 1770-80, nas quais se fazia menção a “[...] recursos agrícolas, econômicos, a obras históricas interessantes e até mesmo a belezas naturais.”; ao surgimento como “inventário geral” na época das “Luzes”; ao amadurecimento rápido do conceito de patrimônio sob os efeitos dos “sobressaltos da época revolucionária”. O autor sublinha seu papel preponderante voltado a agrupar documentos e elaborar dossiês sobre determinados assuntos, bens móveis e imóveis, com a intenção de guardar a memória de uma identidade nacional. Ao comentar a respeito do dilema entre a destruição dos símbolos da monarquia destituída e a conservação dos monumentos, menciona o texto do Decreto de setembro de 1792: “[...] é preciso destruir os símbolos do despotismo, mas preservar e conservar honradamente as obras primas das artes, tão dignas de ocupar o ócio e embelezar o território do povo livre.” (CHASTEL, 1990, p. 2)

Chastel, da mesma forma que Choay, expressa o sentimento de urgência em se preservar a história da nobreza e da própria igreja, de modo a interromper o desastre das destruições. Assinala que esse foi o principal motivo da criação de uma espécie de “inventário *postmortem*”, constituído por objetos armazenados temporariamente em depósitos da França, remanescentes de ordens religiosas após a demolição de suas edificações.

Uma declaração presente na Convenção de 1794 atesta a responsabilidade da tarefa a ser desempenhada:

Os monumentos e as antiguidades, poupados e consagrados pelo tempo, conservam interesse para que a história consulte, as artes estudem, os filósofos observem, os nossos olhos apreciem ver, com o tipo de curiosidade que inspiram as coisas, velhas, bem como tudo o que confere uma espécie de existência ao passado – assim são os objetos dos inventários e das investigações da comissão de artes. (CHASTEL, 1990, p.2).

Segundo Chastel, não obstante fosse evidente a necessidade da realização desses recenseamentos, havia certo despreparo no desempenho desse trabalho que, segundo ele, só foi plenamente superado com a instituição do Inventário Geral dos Monumentos e Obras de Arte da França, publicado em 1964, do qual participou ativamente.

O autor descreve o processo de levantamento apoiado em grande medida no trabalho de equipe desinteressado e voluntário, que contava com a colaboração de especialistas e fotógrafos de cada região. Distingue-o das etapas posteriores constituídas por ações de conservação, entretanto, manifesta com clareza a ideia de que a finalidade dos inventários não era tão somente classificar e estudar edifícios e objetos, mas, sobretudo, conscientizar as populações – que com frequência se mostravam surpresas pelo interesse demonstrado por suas casas, por bens tidos como corriqueiros³ –, pois somente assim esses bens seriam inscritos na memória nacional.

Dois princípios foram definidos: a descentralização das equipes e atividades de pesquisa; a adoção de técnicas modernas de documentação e registro de dados, o que comportava desde o uso da fotogrametria, ao recurso sistemático do computador, a partir de 1970. O problema, no entanto, era alimentar a máquina, com base nos dossiês manuscritos. A esse respeito já se cogitava o uso de “*computadores de campo*”, antes mesmo da popularização do uso dos computadores portáteis.

Outra questão comentada é a atenção dispensada à chamada arquitetura menor, obras sem indicação de data e de autor. A esse respeito, convém lembrar que, no mesmo ano em que se publica o Inventário, em 1964, foi elaborada a Carta de Veneza, carta patrimonial cujo conteúdo do seu 1º artigo⁴ confirma a ampliação da noção de patrimônio de forma a dispensar o interesse de preservação não somente [...] às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.” Chastel, a propósito, refere-se à Itália como país pioneiro a atentar para o interesse de inventariar as construções vernaculares, o tecido urbano e a paisagem natural.

Invenções de inventários no Brasil

No mesmo ano em que foi criada a 1ª Comissão de Monumentos Históricos da França, 1838, foram fundados aqui no Brasil o Imperial Colégio Pedro II e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, durante a Regência de D. Pedro II, marcos iniciais do ensino e da pesquisa sistemática da história do Brasil.

Segundo Lilia Moritz Schwarcz, a instituição atuou como “ponta de lança” na tarefa de fundar a historiografia nacional e dotar o país de uma nova memória visual e afetiva, embasada na narrativa de grandes personagens exaltados como heróis nacionais, com o duplo objetivo de alcançar o fortalecimento da própria monarquia e a unificação nacional por meio da unificação cultural:

[...] o IHGB pretendia recuperar a história nacional, tendo como modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados como heróis nacionais [...]. A partir de então, o Instituto Nacional funcionará como uma instituição basicamente oficial para as experiências desse jovem monarca [d. Pedro II], tão interessado em imprimir um nítido caráter brasileiro à nossa cultura e para a conformação de um patrimônio cultural. (SCHWARCZ, 2012, p. 339).

Inspirado no modelo do instituto francês, funcionava como um centro incentivador de estudos, congregando a elite da corte à elite econômica e intelectual carioca que, por meio da concessão de auxílios e incentivos financeiros, promovia o trabalho de poetas, pintores e estudiosos, estimulando o vínculo entre a produção intelectual e os organismos oficiais.

Nesse contexto, o romantismo mostrava-se como o caminho mais propício para forjar essa nova identidade que concedesse uma expressão particular à nação recém-fundada, substituindo as convenções clássicas importadas da Europa por valores e costumes locais, enaltecendo o habitante primitivo, o índio. Como explica Schwarcz, participaram desse processo grupos de jovens brasileiros residentes em Paris, acolhidos por franceses que integravam o *Institut Historique* e mantinham vínculos com o Brasil. Nomes como José Gonçalves Magalhães, Joaquim Manuel de Macedo e Gonçalves Dias, faziam parte desse grupo.

Era parte fundamental desse projeto a exaltação de um passado mítico de convívio em harmonia entre índios e homens brancos:

O Brasil nunca foi tão tropical e exuberante e jamais tão branco e indígena; negro jamais. Aí estava uma série de símbolos à disposição, desde o início dos tempos coloniais, e que nesse momento teriam a eficácia suficiente para se afirmar como “patrimônios” da nação. [...] História e mito caminham lado a lado: o índio, o bom selvagem tropical, teria, sim, existido em um passado

remoto e glorioso. E era ele, dessa maneira mitificado, que inspirava os dramas românticos produzidos na corte, os quadros grandiosos ambientados nos trópicos, as belas óperas que apresentavam um Império exótico, mas nobre; natural, porém civilizado. (SCHWARCZ, 2012, p. 352).

Trata-se, segundo a historiadora, da construção de uma simbologia nacional mestiça só suplantada pela década de 1930, que, nesse caso, porém, no lugar do indígena terá, sobretudo, o negro a apoiar essa nova ideia da mestiçagem, em que o mestiço se transforma em ícone nacional da cultura sincrética. Como observa Schwarcz: “Redenção verbal que não se concretizava no cotidiano, a exaltação nacional representa uma retórica que não encontrava contrapartida definida na valorização das populações mestiças discriminadas.” (SCHWARCZ, 2012, p. 353)

Após a geração romântica, foram, portanto, os modernistas dos anos 1930 a se dedicar à conformação de representações da nacionalidade. O Estado Novo, liderado por Getúlio Vargas, teve papel determinante nesse processo, concedendo ao Ministro da Educação, Gustavo Capanema, primazia na formulação de uma política cultural de modernização conservadora, em que o desenvolvimento da indústria, da tecnologia e da cultura, estaria vinculado à autoridade central.

Situa-se nesse panorama, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade que, por sua vez, contou com a preciosa colaboração de Lucio Costa. O órgão foi responsável tanto pela constituição de um inventário de bens culturais, como pela definição de medidas de proteção apoiadas no instituto do tombamento, especialmente centrado em obras de arquitetura de interesse histórico e artístico.

O artigo 1º do Decreto-lei nº 25, de novembro de 1937, indica o foco de interesse do acervo selecionado:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, que por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

O segundo parágrafo desse primeiro artigo assinala como sujeitos a tombamento os monumentos naturais, sítios e paisagens, “[...] pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.”

Os critérios de seleção baseavam-se, em especial, nas etapas da formação do Brasil e nos elementos emblemáticos dos ciclos econômicos relacionados ao povoamento do território. Nesse sentido, é inegável o caráter ambicioso desse projeto que, ao instituir uma noção oficial de patrimônio a ser preservado, pretende criar uma tradição, afirmar uma ideia

de nação. Nesse aspecto, guarda semelhanças com o processo revolucionário francês que inaugura as práticas de conservação na passagem entre os séculos XVIII e XIX, e também com o projeto imperial da criação do IHGB.

Carlos Lemos (1987) destaca a importância do Projeto de Mário de Andrade, elaborado em 1936, como base do decreto de criação do SPHAN. Observa que, no texto de Mário de Andrade, entendia-se por

Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos e a organismos sociais, a particulares nacionais, a particulares estrangeiros residentes no Brasil. (LEMOS, 1987, p. 37).

Lemos salienta, ainda, que: “A palavra ‘arte’, no caso, teria um significado bastante amplo, assumindo aqui e ali, ao longo do texto, conotações diversificadas; às vezes designando a obra de interesse eminentemente estético, mas em grande parte do tempo está ligada ao artesanato.” (p.39). Cita o próprio texto de Mário de Andrade em que comparece a associação entre a arte e a “[...] habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos.” (ANDRADE, 1936 apud LEMOS, 1987, p. 39). São oito as categorias em que Mário de Andrade agrupava as obras de arte, compreendendo: arte arqueológica, arte ameríndia, arte popular, arte histórica, arte erudita nacional, arte erudita estrangeira, artes aplicadas nacionais e artes aplicadas estrangeiras. Nessa classificação estão incluídos, por exemplo, inscrições rupestres, gravuras, mapas, livros, instrumentos de caça e pesca, peças indumentárias e objetos de uso doméstico. Lemos alerta para os empecilhos de se abrir um imenso campo de preservação, apontando os problemas jurídicos, de fiscalização, de conservação, de guarda, de documentação e de classificação.

Essas oito categorias previstas por Mário de Andrade foram transformadas em quatro pela legislação do SPHAN, dispostas nos seguintes Livros do Tombo: o Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; o Histórico; o das Belas Artes; e o das Artes Aplicadas.

Márcia Chuva (2012) questiona a interpretação de que prevalece uma continuidade, dos anos 1930 até hoje, a afirmar uma noção integradora de identidade nacional, permeando a cultura patrimonial, tendo em Mário de Andrade a figura do mito fundador, como registra o primeiro relato historiográfico da trajetória da política de preservação nacional, produzido em 1980 pelo SPHAN/PróMemória, comentado a seguir. A pesquisadora indica a existência de tensões e disputas, além de sublinhar que arte popular nunca foi de fato incorporada no rol de bens culturais selecionado pelo SPHAN para preservação, não tanto pelas dificuldades ligadas ao número limitado de técnicos e ao orçamento reduzido, e mais por ter prevalecido uma visão pretensamente erudita na seleção efetuada. Assinala, ainda, que a visão de Mário de Andrade, embora constituída pela diversidade de práticas, era distinta da equipe de

Rodrigo Melo Franco de Andrade, pois denotava uma ideia de cultura como totalidade coesa, que desconsiderava a perspectiva do regionalismo. Se Mário de Andrade tinha a disposição de catalogar um amplo leque de manifestações, a política posta em prática pelo SPHAN baseava-se na construção da identidade nacional associada a uma visão linear de história marcada por fatos e objetos memoráveis que endossassem as narrativas oficiais.

Ocupam posição de destaque na equipe liderada pelo diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, à frente da instituição de 1937 a 1969, arquitetos que colaboram ativamente nesse processo de patrimonialização, após terem conquistado autonomia profissional em relação à área da engenharia e às chamadas belas-artes, sob a liderança de Lucio Costa. Juntos, diretor e equipe planejam expedições, empreendem viagens, realizam levantamentos, trocam correspondências, tecem considerações críticas e afirmam suas interpretações que se baseiam no predomínio da proteção dos bens materiais, especialmente os arquitetônicos do período colonial.

As décadas de 1970 e de 1980, conforme indica Maria Cecília Londres Fonseca (1997) trazem novas posições voltadas para o reconhecimento de novos patrimônios, relacionadas aos questionamentos de novos grupos sociais à legitimidade do que era tido como patrimônio nacional, abrindo caminho para a criação de novas identidades coletivas (FONSECA, 1997, p. 169). Com o apoio dos debates internacionais, do impulso dado aos estudos das ciências humanas, à ampliação dos conceitos de cultura, às revisões no campo da história, diante da constatação da inoperância de grandes modelos científicos, evidenciam-se novas posições por parte dos agentes do poder, mais favoráveis a posturas democráticas e participativas de gestão, bem como à valorização dos recursos intangíveis.

Desde os anos 1970, segundo Fonseca, o IPHAN ingressa na “fase moderna”, em substituição à chamada “fase heroica”⁵, tendo como presidente Renato Soeiro, cujo papel esteve ligado tanto à inserção do IPHAN na rede de cooperação internacional, especialmente em contato com a UNESCO, quanto à discussão das práticas institucionais. Cercado de colaboradores sensíveis às mudanças sociais, políticas e culturais, dedica-se à ampliação da noção de patrimônio, no sentido de democratizá-la. Dois aspectos fundamentais fazem parte dessa política: a discussão do significado econômico e político da preservação; o envolvimento da sociedade civil no processo de patrimonialização. Esse segundo aspecto será contemplado com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), com preocupações mais abrangentes em relação à política da fase heroica, comprometida inicialmente com a preservação dos bens patrimoniais das elites luso-brasileiras.

Em 1980 é elaborada a primeira versão oficial sobre a história da preservação no Brasil pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Pró-Memória (SPHAN/PróMemória) intitulada “Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma

trajetória”. Como aponta Fonseca, paradoxalmente, o contexto de lutas e disputas políticas contribui para forjar uma versão pacificadora de continuidade na trajetória das políticas de conservação do patrimônio, que obscurece a complexidade e os antagonismos presentes no âmbito político.

Já em 1981 foram criadas as Diretrizes para a operacionalização da política cultural do MEC, segundo um projeto que concebia a ideia de preservação ligada a aspectos sociais e simbólicos e, sobretudo, aos direitos de cidadania.

Essas décadas coincidem com movimentos que, no panorama internacional, sinalizam a crise do capitalismo, com a seguida reviravolta da expansão do poder transnacional do capital que, ao ignorar as fronteiras nacionais, favorece o enfraquecimento da ideia de nação, estimulando outros recortes identitários: étnicos, religiosos, de gênero, etc. (CHUVA, 2012, p. 157).

A Constituição de 1988 contribuirá para afirmar uma visão ampliada de patrimônio cultural, enfatizando a relação entre o patrimônio material e o imaterial, fazendo menção ao engajamento da população a assumir o protagonismo no reconhecimento e na valorização do patrimônio cultural, como aponta o art. 216:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Essa concepção mais ampla de patrimônio, segundo a qual os processos de construção de inventários deveriam fomentar a participação das comunidades a identificarem e valorizarem suas referências culturais, consolida-se com o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), criado em 2012, resultante da participação do IPHAN na atividade de Educação Patrimonial do Programa Mais Educação, da Secretaria de Educação Básica do MEC. Nesse programa são previstos os “inventários participativos” com a perspectiva de sensibilizar e mobilizar grupos sociais, por meio de uma atividade formativa que envolva a produção de conhecimento e participação coletiva. Essa iniciativa não teria a pretensão de substituir as práticas oficiais, mas seriam considerados como instrumentos para o exercício da cidadania e para contribuir para a interação entre os agentes públicos dos

órgãos de preservação do patrimônio, estudantes da rede pública e a população em geral. (FLORÊNCIO, 2016, p. 6).

A Vila de Paranapiacaba: sua criação e seu reconhecimento como patrimônio a ser preservado

O nome “Paranapiacaba”, de origem indígena, tupi-guarani, significa “lugar de onde se avista o mar”, evocando sua localização privilegiada, envolta pela Mata Atlântica. O contexto histórico de construção da Vila é marcado pela influência histórica da industrialização trazida pelos ingleses, por intermédio da empresa São Paulo Railway, com o apoio do Barão de Mauá, para viabilizar a construção da ferrovia e agilizar o escoamento do café das áreas produtoras até o porto de Santos, em substituição ao retrógrado sistema de transporte por tração animal.

O contexto histórico de fundação da Vila Inglesa de Paranapiacaba, localizada ao sul do Município de Santo André, está ligado à construção da primeira ferrovia paulista pela companhia de origem inglesa, São Paulo Railway (SPR), iniciada em 1861 e concluída em 1867, constituindo um significativo testemunho material dos avanços tecnológicos da industrialização e do processo de urbanização associado à experiência dos ingleses.

O modelo funicular, implantado com o objetivo de vencer o grande desnível que separava o planalto paulista da baixada santista, foi precursor das estratégias de planejamento adotadas pela companhia inglesa – comandada pelo engenheiro Daniel Fox –, que deteve a propriedade da Vila e a responsabilidade pela gestão da via férrea até o ano de 1946⁶. O percurso foi dividido por quatro planos inclinados, cada um com uma máquina fixa a vapor que tracionava as composições por meio de cabos de aço.

A linha férrea separa o núcleo urbano em duas partes: Alta e Baixa. A partir da instalação dos acampamentos dos operários, formou-se uma aglomeração urbana na chamada Parte Alta da Vila, constituída por habitações simples de alvenaria de pau-a-pique, com estrutura de pau roliço e cobertura de sapé (Figura 1).



Figura 1: Foto aérea de Paranapiacaba de 1940. Fonte: ENFA (Empresa nacional de Fotos Aéreas). Instituto Geográfico e Cartográfico. Governo do Estado de São Paulo.
Fonte: FIGUEIREDO, 2010, p.3.

O prosseguimento da ocupação que dava suporte aos trabalhos de construção e manutenção da ferrovia correspondeu à área hoje denominada Vila Velha, constituída pelas edificações mais antigas instaladas a partir do traçado definido pela Rua Direita, que dava acesso às oficinas e aos depósitos. Nessa área foi também implantado um conjunto hospitalar destinado à assistência médica dos funcionários.

Estes dados históricos permitem visualizar a característica estrutural da rede social ampla, conectada pelo objetivo da construção da ferrovia, com três subsistemas claros: a rede social dos operários, com suas casas e seus códigos de conduta (o que comer, o que beber, etc.); a rede social dos engenheiros e técnicos, com sua cultura inglesa e uma terceira rede social médica, uma vez que os acidentes e doenças eram constantes. (CARVALHO; GIGLIO, 2011, p. 332).

A Vila Nova, também conhecida como Vila Martin Smith, surgiu em 1901, concomitantemente à construção da segunda obra de transposição da serra, como extensão do povoamento primitivo. Esse novo núcleo corresponde a uma expansão planejada, formada por edificações diferenciadas das primeiras tipologias. Essa área, projetada pelo engenheiro Fox, é aquela identificada com sistema construtivo e o planejamento urbano associado à obra dos ingleses, portanto, reconhecida como sítio histórico com interesse de preservação. Integram esse conjunto edificado: a Estação Alto da Serra, uma torre com relógio, a casa de máquinas, depósitos, escritórios e pátios de manobra. Nessa porção do território foram

instalados o mercado, o clube e os campos esportivos: de golfe, equitação e futebol (Figura 2).



Figura 2: Vista aérea da porção do território de Paranapiacaba considerada como sítio histórico urbano. Fonte: LUME FAUUSP/PMSA, 2006.

Fonte: FIGUEIREDO, 2010, p. 15.

A base das casas era feita em alvenaria, as paredes de vedação e as estruturas eram construídas em madeira. Esta solução técnica visava dar conforto térmico aos moradores, adotando um recurso natural para combater o elevado índice pluviométrico e de umidade na região. As instalações hidráulicas nos ambientes são bem visíveis. (MINAMI, 2004).

Numa cota mais elevada, foi construído o Castelinho, casarão que se distingue das demais moradias do núcleo histórico pelo porte e situação de destaque na paisagem, o que propiciava ao superintendente inglês supervisionar os trabalhos dos funcionários da companhia.

Já a parte alta não teve o mesmo planejamento da parte destinada aos funcionários da ferrovia, abrigando as instalações comerciais indispensáveis para o abastecimento da população local e os serviços necessários para todo o núcleo urbano.

Na década de 1930, a Vila de Paranapiacaba possuía uma infraestrutura de serviços que atendia à população local. Faziam parte dela consultórios dentários, barbearias, quitandas, pensões, sapatarias, bares, açougues, uma agência do correio, além do Clube União Lira Serrano, um dos mais antigos clubes de futebol do Estado, fundado em 1903, ao lado do Clube Flor da Serra (transformado em biblioteca e escola infantil, situado na Parte Alta). Toda essa estrutura foi criada para manter o ciclo de vida das pessoas que trabalhavam na ferrovia (CONDEPHAAT, 1987, p. 89).

Em 1946 extinguiu-se o prazo de concessão da ferrovia outorgado pelo Governo Imperial à companhia inglesa, passando a área e a linha férrea a ser encampada pelo governo federal. Durante a década de 1950, ocorreram algumas transformações importantes, como a eletrificação da rede, a utilização do óleo e do diesel em substituição ao carvão. As máquinas antigas, os vagões e as locomotivas começaram a ser abandonados nos pátios, embora até 1958 a ferrovia tenha continuado em funcionamento, como Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, incorporada à Rede Ferroviária Federal (RFFSA), empresa estatal extinta em 2007.

As mudanças tecnológicas provocaram alterações nos processos operacionais da ferrovia, modificando o quadro de mão de obra e, conseqüentemente, afetando a composição inicial dos moradores. Por esses motivos, o término da concessão da São Paulo Railway é apontado por antigos habitantes como o início da decadência da Vila.

Em 1974, com a construção do novo sistema de cremalheira-aderência para a descida da serra, e a desativação parcial do Sistema Funicular da Serra Velha, parte dos antigos funcionários foi dispensada ou aposentada, concomitantemente à contratação de novos profissionais, para cuidar do novo sistema de transposição da serra, construído com tecnologia japonesa e financiado por capital norte-americano, como relatam Carvalho e Giglio (2011). Nesse período, acentuou-se o processo de esvaziamento dos moradores e a conseqüente deterioração da Vila.

Em 1981, o Sistema Funicular foi totalmente desativado e o transporte de passageiros para Santos, extinto. O desenvolvimento tecnológico impulsionou a mudança de cultura da rede, desconectando alguns atores, conectando outros novos, mudando sua estrutura e dinâmica. A ferrovia, agora modernizada, pode ser administrada à distância sem o uso intensivo de mão de obra. A vila deixa de ser parte integrante do complexo ferroviário tendo que buscar outra identidade. (CARVALHO; GIGLIO, 2011, p. 333).

Com isso, os ferroviários que trabalhavam na operação dos planos inclinados, começaram a perder o prestígio, os funcionários mais antigos foram sendo aposentados, e os mais jovens foram deslocados para outras funções em outros trechos da Santos-Jundiaí. Os deslocamentos provocaram o abandono das moradias, permanecendo, porém, as casas sob a tutela da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) até 2002, quando a Prefeitura de Santo André efetua a compra da área.

Em 1982, o professor e pesquisador da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), Issao Minami, em conjunto com o arquiteto Julio Abe Wakahara, integrante da equipe do CONDEPHAAT, formaram a *Comissão Pró-Paranapiacaba* para discussão e defesa de interesses comunitários, que contou com a participação de alguns moradores e ex-moradores, além de integrantes da Associação

Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF), representantes da Associação de Engenheiros do ABC, do Museu de Santo André e de algumas pessoas que permitiram um bom trânsito com a RFFSA, especialmente a consulta de seus arquivos. A partir dessa iniciativa, o professor Minami desenvolveu trabalhos de pesquisa com a participação de seus alunos da FAU-USP e um extenso levantamento fotográfico, realizado com a colaboração de Júlio Abe e com o aval do CONDEPHAAT. Como resultados desses estudos e das discussões promovidas no âmbito da Comissão foram realizados simpósios (1983 e 1985) e definidas algumas diretrizes de conservação e destinação de usos dos diferentes edifícios, com a finalidade de incentivar um circuito cultural que contasse com o compromisso de moradores de preservar as características originais das edificações.

Em 1987, deu-se o resultado mais expressivo do movimento liderado por Minami: a aprovação da Resolução de Tombamento nº 37/1987 da Vila de Paranapiacaba como “bem cultural de interesse histórico, arquitetônico-urbanístico, ambiental e tecnológico”. Os termos definidos pelo tombamento do órgão da instância estadual conferem maior relevância histórica ao conjunto urbano localizado na parte baixa, por ser considerado um dos únicos exemplares de núcleo urbano resultante da implantação da ferrovia. São ainda mencionados na resolução os 4º e 5º patamares dos Planos Inclinados da Serra e a área da Mata Atlântica que circunda a Vila por sua importância ambiental, com o objetivo de resguardar as áreas das nascentes do Rio Grande e o habitat natural da fauna e flora características do lugar. O Castelinho, a sede do clube e o mercado foram restaurados, no entanto, com o passar dos anos, diminuiu o entusiasmo da população local, esmoreceram as iniciativas oficiais e das organizações civis que tinham participado dos trabalhos da Comissão Pró-Paranapiacaba, mesmo porque não havia propriamente uma rede social que desse suporte às atividades turísticas e comerciais que se pretendia incentivar. As atividades ganharão novo impulso entre os anos de 2001 e 2008, com a administração da Subprefeitura de Santo André, como indicado a seguir.

O intervalo entre 1985 e 2002 é o período em que o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN - Processo nº 1252-T-87) se dedica ao processo de tombamento. A delimitação da área de proteção é a menor em relação às demais esferas governamentais, pois exclui a parte alta e a área envoltória, por não terem relação direta com o funcionamento dos planos inclinados, nem com a porção da Vila construída pela ferrovia.

Em 2003 é aprovado pelo Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Artístico Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André (COMDEPHAAPASA) o tombamento da esfera municipal, após 17 anos da abertura do processo, em meio a um caloroso debate acerca da situação fundiária da Vila. O perímetro de proteção é o mais extenso em relação aos definidos pelos órgãos dos âmbitos federal e estadual, pois inclui toda a área urbana da Vila: a Parte Alta, a Vila Velha e a Vila Martin Smith, abrangendo ainda o meio ambiente

natural que envolve o núcleo urbano (denominado Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba). O Parque tem importância fundamental na formação e manutenção dos cursos hídricos que alimentam a Represa Billings, maior reservatório de abastecimento de águas da Região Metropolitana de São Paulo. Foram também incluídos no perímetro de proteção a Linha Férrea e seus complementos constituídos pelas ruínas das pontes da Serra Velha e da Máquina Fixa do 4º Patamar.

Em 2002, em meio às investigações para definir se a Vila seria tombada pela esfera municipal, a gestão do prefeito de Santo André, Celso Daniel, decidiu comprar a área, mantendo a RFFSA responsável pela gestão da ferrovia, concentrando seus recursos administrativos e financeiros em programas de educação ambiental e turismo responsável. Desde 2001 já tinha se iniciado uma experiência de gestão municipal descentralizada desenvolvida até 2008, com a criação da Subprefeitura de Paranapiacaba e do Parque Andreense, segundo a qual se procurava implantar um conjunto de políticas integradas que conciliavam estratégias de preservação do patrimônio cultural, com preocupações de conservação ambiental e, por fim, medidas que incentivassem o turismo sustentável e o desenvolvimento social.

Os programas da Subprefeitura de Paranapiacaba dividiam-se em três núcleos principais: o de Turismo, responsável pela promoção de produtos turísticos e serviços destinados a atender os visitantes, envolvendo a comunidade nos programas de geração renda; o de Recursos Naturais, cujo desafio era promover a gestão sustentável da área natural protegida do Parque das Nascentes, procurando combinar a conservação ambiental e o ecoturismo; e o de Patrimônio e Projetos, encarregado de aprimorar a preservação do patrimônio e da paisagem cultural, intermediando a relação com os órgãos de preservação na aprovação de projetos e acompanhamento das obras de manutenção e restauro, além de promover a gestão administrativo-financeira de permissão de uso dos imóveis de propriedade da Prefeitura de Santo André na Vila de Paranapiacaba (FIGUEIREDO, 2010, p. 9).

O projeto de turismo, segundo Figueiredo, teve uma primeira etapa de implantação gradual destinada a criar produtos turísticos, juntamente com serviços de recepção, de alimentação e hospedagem, procurando evitar impactos indesejáveis tanto ao patrimônio, quanto à qualidade de vida da população local. Entre os produtos turísticos são assinalados: o Parque Nascentes, com suas trilhas e atividades de arborismo; o Calendário Cultural, que congrega o Festival de Inverno, a Festa do Padroeiro, o Festival Gastronômico do Cambuci (fruto típico da Mata Atlântica). Uma segunda etapa foi desenvolvida de 2005 a 2008, com o propósito de aprimorar as atividades e serviços prestados, por meio do “Programa de Qualificação dos Serviços Turísticos”, baseado na oferta de cursos de empreendedorismo, de educação ambiental e patrimonial. A última etapa, que compreenderia a regularização dos

empreendimentos turísticos, como a adequação às normas da vigilância sanitária e a formalização dos contratos de trabalho, prevista para aplicação a partir de 2008, não chegou a ser implantada, em virtude da troca da administração pública e da extinção da Subprefeitura de Paranapiacaba, em 2009.

Desde 2008 Paranapiacaba é candidata a Patrimônio da Humanidade pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Não obstante a atenção dos órgãos de proteção patrimonial das três esferas administrativas, a preservação do conjunto não tem alcançado uniformidade no êxito das intervenções. Uma visita à Vila permite notar significativa disparidade nas condições de conservação das edificações. Recentemente foram realizadas obras de recuperação em algumas edificações promovidas pelo Programa Acelerado de Crescimento, PAC-Cidades Históricas⁷, no entanto, esse tema foge ao proposto por este artigo.

Enquanto a principal preocupação das políticas públicas esteve ligada à potencialidade econômica dos negócios urbanos que a Vila poderia gerar, o patrimônio arquitetônico e cultural, juntamente com a população residente, em todos esses anos, recebeu atenção inconstante. Basta comparar as condições díspares de conservação de diferentes edificações (Figuras 3 e 4).



Figuras 3 e 4. Diferentes tipologias em condições de conservação contrastantes.
Fonte: Própria autora, 2018.

Algumas considerações preliminares

Com a criação do inventário, criou-se também uma forma de estudar o passado, um método de estudo, constituído pelo próprio inventário, ou pelo bem inventariado. O estudo dos processos de investigação e da formulação de documentos voltados à preservação dos bens culturais deles decorrentes, como o são as próprias resoluções de tombamento ou as regulamentações das diretrizes de preservação de determinado bem patrimonial, permite

reconhecer as principais motivações em que se apoiam, identificar as preocupações comuns, mas também as diferentes óticas que orientam as análises e as reformulações percorridas no transcorrer do tempo, em razão de transformações de entendimento, surgimento de novas práticas, alteração dos pactos sociais, ou mudanças culturais.

A memória é um processo de lembranças no qual está implícito o esquecimento, pois os discursos que conferem valor a determinados objetos e imagens calcadas no passado estão cravados no presente e sujeitos a critérios variáveis, a reavaliações atreladas aos valores culturais e aos significados atribuídos a cada um dos elementos considerados, com base em diferentes possibilidades de interpretação do material histórico examinado.

A memória coletiva, na passagem do século XVIII para o XIX, valoriza-se e institui-se como patrimônio cultural. Nesse sentido, a Revolução Francesa identifica-se com a modernidade ocidental, ao eleger os símbolos da nação e defender a sua conservação. Valorizar os símbolos da nação torna-se um ato cívico, permite articular estética e política.

No Brasil, embora a Vila de Paranapiacaba e seu sistema ferroviário tenham sido reconhecidos como testemunhos do desenvolvimento dos processos de industrialização que constituem um patrimônio de valor cultural, tecnológico, social e ambiental, esse acervo inventariado apresenta condições discrepantes de preservação. Mesmo sendo inquestionável a ideia de que a organização da Vila (e das casas construídas de acordo com padrões ingleses) constitui um importante documento arquitetônico da passagem do século XIX para o XX; mesmo sendo indiscutível que o conjunto corresponde a um exemplar singular de um núcleo urbano que nasceu e sobreviveu em virtude da atividade ferroviária (obtido parecer favorável ao tombamento por parte das três jurisdições de proteção do patrimônio cultural), não se conseguiu até o momento garantir a integridade do bem que se pretende proteger.

A descontinuidade dos programas e a adesão irregular dos moradores às atividades de formação e capacitação profissional para desempenhar atividades no pequeno comércio e de suporte ao turismo estão entre os principais desafios enfrentados na implementação das políticas de preservação do patrimônio. Outra dificuldade relaciona-se à desativação da ferrovia como meio de transporte de passageiros, em detrimento da mobilidade da população que lá reside, provocando certo isolamento do núcleo de interesse histórico, e a priorização do turismo associado ao transporte individual.

A criação da infraestrutura turística depende do funcionamento de uma rede de atividades que se estende desde a exploração de atividades comerciais, à criação de produtos turísticos e ao exercício de serviços de hospedagem, abrangendo a organização de expedições de exploração do ambiente circundante. Esse conjunto de ocupações exige capacitação profissional e contínua renovação dos esforços de aprimoramento dos serviços

prestados. Tudo isso corresponde a uma gestão complexa de desenvolvimento turístico que deve estar combinada com a educação patrimonial e ambiental, tendo compromisso fundamental com o desenvolvimento social e a participação da comunidade residente. Visto sob esse prisma o plano turístico associa o desenvolvimento social, à geração de renda relacionada quase que exclusivamente a essa atividade e condiciona a qualidade de vida do morador ao engajamento a esse roteiro organizado.

Para quem não se enquadra nesse circuito, as perspectivas de bem viver tornam-se muito limitadas. É essencial conciliar o significado do patrimônio cultural, tecnológico e ambiental ao potencial turístico, uma vocação natural da localidade, sem, entretanto, negligenciar a função social do bem cultural e os benefícios que poderá trazer à população local.

Recebido em: 18/01/2018

Aprovado em: 23/07/2018

NOTAS

¹ Este artigo foi produzido com base em discussões desenvolvidas durante o processo de orientação da pesquisa de mestrado de Raquel Sallum Barbosa, a quem agradeço a colaboração na coleta de dados do processo de tombamento da Vila de Paranapiacaba.

² Essa publicação foi escrita por Chastel (1912-1990) após a experiência realizada por designação do Ministro da Cultura da França entre os anos de 1959 e 1969, André Malraux (1901-1976), para que ele integrasse uma Comissão Nacional do Inventário, em 1964.

³ André Chastel informa que, de início, estabeleceu-se que os bens privados seriam considerados apenas em comum acordo com os proprietários, no entanto, observa que “[...] as habitações eram sempre assinaladas no contexto que as identifica.” (1990, p. 5).

⁴ O documento completo pode ser consultado no site do IPHAN, por meio do link: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>, data de acesso, 02 fev. 2018.

⁵ Essa denominação é utilizada para caracterizar o desenvolvimento do trabalho inicial da equipe presidida por Rodrigo Melo Franco de Andrade, tendo Lucio Costa como principal colaborador, fase na qual se reconhece um enorme esforço pessoal dos intelectuais envolvidos, perante recursos técnicos e operacionais restritos.

⁶ A partir dessa data a ferrovia passa a ser administrada pela empresa estatal RFFSA (Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima). A documentação a respeito do processo de implantação do sistema ferroviário implantado pela companhia inglesa, São Paulo Railway (SPR), com informações detalhadas, acompanhadas de amplo material iconográfico, está reunida em: Mazzoco e Santos (2005).

⁷ O PAC-Cidades Históricas, segundo um informe oficial, de 2015, como parte de uma estratégia de preservação do patrimônio cultural, articulada a outras políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento sustentável e local, criou uma linha especial de crédito disponibilizada para financiar obras em imóveis localizados em cidades com áreas tombadas pelo IPHAN. No município de Santo André foram aprovadas as seguintes ações: Restauração dos galpões do Complexo Ferroviário e dos imóveis da Vila Martin Smith.

Ver: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PAC_2_Cidades_Historicas.pdf. Data de acesso: 03 nov. 2017.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Marcius Fabius; GIGLIO, Ernesto Michelangelo. A dinâmica da rede sob a perspectiva social: o caso da Vila de Paranapiacaba. *Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, Santa Cruz de Tenerife, Espanha, v. 9, n. 2, p. 327-340, 2011. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/9211/PS0211_09.pdf>. Acesso em 30 abr. 2018.
- CHASTEL, André. *A invenção do inventário*. Tradução de João B. Serra. In: *Revue de l'Art*. Paris, CNRS, N. 87, 1990.
- CHOAY, Françoise. Tradução de Luciano Vieira de Carvalho. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora Unesp, 2001.
- CHUVA, Márcia. *Introdução – História e patrimônio: entre o risco e o traço, a trama*. In: _____ (Org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34. IPHAN, 2012, p. 11-24. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf. Acesso em: 05 ago. 2017.
- COLONNA, Barbara. *Dizionario etimologico della lingua italiana. L'origine delle nostre parole*. Genova: Newton & Compton, 1997.
- CONDEPHAAT. *Processo de Tombamento da Vila de Paranapiacaba*, 1987.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL [1988]. Brasília, 2017. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2017.
- DECRETO-LEI N. 35/1937, IPHAN. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 03 out. 2017.
- FLORÊNCIO, Sônia R. *Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional. Educação patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação*. Brasília: IPHAN, 2016.
- FIGUEIREDO, Vanessa V. G. B. Paranapiacaba: um caso de preservação sustentável da paisagem cultural. In: *Anais da Conferência Internacional sobre Patrimônio e Desenvolvimento Regional 1, 2010, Campinas e Jaguariúna [São Paulo], Brasil*. Campinas [Brasil]: Conpadre, 2010. 20p. Disponível em: <http://www.santoandre.sp.gov.br/biblioteca/bv/hemdig_txt/131022001e.pdf>. Acesso em: 08. nov. 2017.
- FONSECA, Maria Cecília L. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 1997.
- LE MOS, Carlos. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MAZZOCO, Maria Inês Dias; SANTOS, Cecília Rodrigues dos. *De Santos a Jundiá: nos trilhos do Café com a São Paulo Railway*. São Paulo: Magma Editora Cultural, 2005.
- MINAMI, Issao. *Vila de Paranapiacaba, outrora Alto da Serra, na Serra do Mar, em São Paulo. Um patrimônio ambiental, tecnológico e arquitetônico: produto de uma "single-enterprise" ferroviária no Brasil*. In: *Arquitextos/SP*, 054.07, 05, nov.2004. Disponível em <<http://www.vvmvw.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.054/530>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

PAC-CIDADES HISTÓRICAS. IPHAN, 2013. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PAC_2_Cidades_Historicas.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2017.

SCHWARCZ, Lilia M. *Nacionalidade e patrimônio. O segundo Reinado brasileiro e seu modelo tropical exótico*. In: CHUVA, Márcia (org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, N. 34. IPHAN, 2012, p. 337-359. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2017.